

A BESTA DE SETE CABEÇAS E DEZ CORNOS: NAPOLEÃO BONAPARTE E O IMAGINÁRIO BRASILEIRO (1808-1817)

Alan Galvão Paixão¹

Flávio José Gomes Cabral²

RESUMO

A campanha contra Napoleão Bonaparte começou a ser desenvolvida, tendo como alvo o imaginário da população brasileira após a chegada da Família Real. Dessa forma, a imagem do imperador passou a ser associada a criaturas e monstros através da utilização de panfletos e folhetos publicados em Portugal e reproduzidos no Brasil, como também, as publicações feitas na colônia e anunciadas por livreiros da Gazeta do Rio de Janeiro. Assim, o estudo dessas publicações podem proporcionar um maior entendimento das intenções vindas da Família Real, mesmo que os ataques direcionados a pessoa de Bonaparte já expressassem combater o imperador e impedir que os brasileiros tivessem contato com as ideias vindas da França.

Palavras-chaves: Imaginário, Publicações, Napoleão Bonaparte.

ABSTRACT

The campaign against Napoleão Bonaparte began to be developed, targeting the imaginary of the Brazilian population after the arrival of the Royal Family. Thus, the image of the emperor came to be associated with creatures and monsters through the use of pamphlets published in Portugal and reproduced in Brazil, also the publications made in the colony announced by booksellers of the Gazeta do Rio de Janeiro. Thus the study of these publications can provide a better understanding of the intentions of the Royal Family, even if the attacks come to Bonaparte already have shown combat and prevent the Brazilians had contact with ideas coming from France.

Key-words: Imaginary, Publishing, Napoleão Bonaparte.

INTRODUÇÃO

Após a Revolução Francesa, Napoleão Bonaparte assume o poder político francês, sendo ele apoiado pela alta burguesia a qual via na pessoa de Bonaparte um excelente instrumento de controle da massa popular. Pois a classe burguesa temia a revolta do povo o qual durante a Revolução retirou o Absolutismo Monárquico do poder político da França. Contudo, Napoleão não torna-se um mero fantoche nas mãos da burguesia e ascende ao patamar de Imperador da França, conhecido como Napoleão I.

¹ UNICAP

² UNICAP (orientador)

Com a sede de satisfazer o seu desejo expansionista, Bonaparte expande o império francês. Com isso, ele ganha admiradores e inimigos, esses últimos representados principalmente pela Inglaterra a qual já vinha mantendo uma rivalidade de longa data com a França.

Neste contexto de disputas expansionistas e de lutas antigas, eram realizadas algumas práticas para combater a imagem de Napoleão. Uma delas em particular é muito interessante, pois tratava-se da utilização de literaturas do tipo: panfletos, charges e folhetos. Todos publicados com conteúdos, os quais faziam menção à imagem de Bonaparte de forma pejorativa.

Essa manobra política tinha como alvo o imaginário da população europeia, pois as informações contidas nas literaturas eram construídas com base na religião, nos mitos, nas crenças e nos símbolos já existentes. Desse modo, o imaginário popular europeu criava um novo Napoleão Bonaparte o qual apresentava-se como sendo o anti-cristo.

Quando a família real portuguesa desembarca no Brasil Colônia, ela trás consigo algumas das literaturas utilizadas no combate a Bonaparte na Europa. Na Colônia essas publicações são reproduzidas, como também, são criadas novas literaturas. Esse material para divulgação tinha além da má imagem que retratava de Bonaparte, implicitamente o objetivo de controlar e manipular o imaginário do povo no período colonial, devido o medo proporcionado à nobreza, provocado pelas ideias iluministas.

Assim é na tentativa de compreender a formação e os objetivos que levavam a corte portuguesa estando ela no Brasil a utilizar as literaturas no combate a Napoleão Bonaparte, tendo como alvo o imaginário popular. Este trabalho tem como objetivo esclarecer o melhor possível a relação do imaginário popular colonial dentro do jogo político criado pela Coroa portuguesa em meados de (1808-1817).

A paz de Amiens (cidade ao norte da França) com a Inglaterra encerrava dez anos de guerras na Europa. Nesse período, os demais países do continente recompuseram suas forças militares. Em 1803, a guerra contra os ingleses recomeçou e, dois anos depois, generalizou-se contra os outros exércitos inimigos dos franceses. Desta vez, a coligação também reunia forças da Áustria e da Rússia.

Apesar das vitórias francesas em terra, a marinha inglesa mantinha sua supremacia, derrotando a esquadra francesa em Trafalgar (batalha naval que ocorreu entre a França e Espanha contra a Inglaterra), perto da costa espanhola, em 1805. O único obstáculo à concretização do império napoleônico na Europa era a Inglaterra, que, favorecida por sua

posição insular (isolada), por seu poder econômico e por sua superioridade naval, não conseguiria conquistar.

Para tentar dominá-la, Napoleão usou a estratégia do Bloqueio Continental, ou seja, decretou o fechamento dos portos de todos os países europeus ao comércio inglês. Pretendia dessa forma, enfraquecer a economia inglesa, que precisava de mercado consumidor para os seus produtos manufaturados e, assim, impor a superioridade francesa em toda a Europa. O decreto, datado de 21 de novembro de 1806, dependia, para seu real vigor, de que todos os países da Europa aderissem à ideia. O Acordo de Tilsit, firmado com o Czar Alexandre I da Rússia, em julho de 1807, garantiu a Napoleão o fechamento do extremo leste da Europa.

Porém o governo de Portugal relutava em concordar com o Bloqueio Continental devido à sua aliança com a Inglaterra, da qual era extremamente dependente. O príncipe D. João, que assumira a regência em 1792, devido ao enlouquecimento de sua mãe, a rainha D. Maria I, estava indeciso quanto à alternativa menos arriscada para a monarquia portuguesa. Pois o governo português possuía relações privilegiadas com a Inglaterra, depois da assinatura do Tratado de Methuen ou Tratado dos Panos e Vinhos, em 1703, e ainda graças à velha aliança que vinha dos tempos da Dinastia de Avis.

Dessa forma Portugal tinha então a Inglaterra como principal parceira para seus negócios. Pressionados por Napoleão, os portugueses não tiveram escolha, como não podiam abdicar os negócios com a Inglaterra, não participaram do Bloqueio Continental. Insatisfeito com a decisão portuguesa, o exército francês começou a dirigir-se a Portugal. Sob o medo da invasão por parte dos franceses, o príncipe-regente D. João e sua família fogem às pressas para o Brasil. “A ideia de mudar para o Brasil não era, de fato, nova à corte portuguesa já vinha discutindo essa possibilidade intermitentemente nos últimos 150 anos. A motivação, contudo, era nova”. (SKIDMORE: 2003, p.57).

Em novembro de 1807 toda a corte e mais de 10 mil cortesãos e agregados em 46 navios, com quatro belonaves (navios de guerra) da Royal Navy (Marinha Real Britânica) para proteger a comitiva portuguesa durante sua viagem.

A frota chegou a Salvador no litoral nordestino em janeiro de 1808. A população baiana, em grande parte negra e mulata, saudou a chegada da corte com celebrações. A realeza portuguesa ficou chocada com o quanto primitiva era a cidade, em particular com as acomodações, e não perdeu tempo em confiscar as melhores casas da Bahia. Segundo Skidmore para os habitantes de Salvador a cena da chegada da família real foi um tanto esquisita, pois presenciaram o desembarque de uma rainha louca, um regente obeso e milhares

de cortesãos desalinhados e consternados com o novo mundo que viam diante de si depois dos suntuosos palácios de Portugal. (SKIDMORE: 2003, P. 58).

Admirado por alguns e odiado por muitos por torna-se um líder político e militar. A imagem do Imperador francês já começava a ser divulgada na Europa com alguns tons pejorativos principalmente em Portugal.

“A propaganda contra o invasor, veiculada em Portugal por cerca de 25 periódicos e três mil panfletos e folhas, incluindo caricaturas de origem inglesa, simplificava os fatos e radicalizava a linguagem. No ardor da guerra, Napoleão era um “mostro usurpador”, “ogro” ou “papão”, e o francês adquiria muitas faces: “cristão pela manhã, no meio-dia turco, à tarde índio””. (MARTINS, ANA: 2010, p. 24).

Dessa forma, com adjetivos adicionados a imagem de Napoleão criando figuras grotescas e até mesmo demoníacas o imaginário popular a respeito de sua pessoa vai sendo construído. Panfletos, charges e vários outros escritos, surgidos, em sua maioria, na Inglaterra cabeça das coalizões contra a França, fizeram circular pela Europa afora essas imagens negativas.

A chegada da corte no Rio de Janeiro causou um verdadeiro caos na cidade. Havia necessidade de alojamento para as quinze mil pessoas que abandonaram o Reino com D. João. A administração portuguesa precisava ser estruturada. A solução foi desalojar famílias de colonos para a entrega de suas casas aos nobres recém-chegados, que receberam empregos públicos para justificar as remunerações pagas pelo Estado. As casas confiscadas eram marcadas com as letras P. R. de Príncipe Regente. A nobreza parasitária se apossava do aparelho estatal em benefício próprio. A corrupção e o contrabando eram práticas muito comuns, enquanto os impostos eram violentamente aumentados para cobrir as despesas da corte. Assim dava-se início à construção de uma nova América portuguesa.

É nesse contexto no qual a corte de D. João desfruta da boa vida no Brasil que a campanha contra Napoleão começa a ser divulgada e o alvo principal dos portugueses mais uma vez vai ser o imaginário popular da mesma forma como era conduzida na Europa.

Das publicações feitas na Europa, algumas foram trazidas pela corte e reproduzidas no Brasil. Essas publicações eram anunciadas por livreiros na Gazeta do Rio de Janeiro fundada em 10 de setembro de 1808, foi o primeiro jornal impresso no Brasil, nas máquinas da Imprensa Régia, no Rio de Janeiro. A reprodução das publicações, tinham como destaque o preço baixo, como também, um pequeno número de páginas. Assim os panfletos eram mais acessíveis para a divulgação das ideias e tiveram maior circulação que os jornais. Aos analfabetos os quais constituíam as camadas mais humildes da sociedade podiam escutar a leitura em voz alta, assimilando as informações pelo filtro de sua imaginação.

Utilizando as publicações no combate a imagem de Bonaparte a corte portuguesa proporcionava a população da época, principalmente as pessoas menos instruídas informações errôneas as quais auxiliava na construção de um pensamento o qual reproduzia os objetivos de D. João e seus seguidores, pois as representações mentais envolvem atos de apreciação, conhecimento e reconhecimento e constituem um campo onde os agentes sociais investem seus interesses e sua bagagem cultural (BOURDIEU, PIERRE:1982 apud PESAVENTO, SANDRA: 1995, p 15).

No Brasil cenário da corte portuguesa, do qual deviam emanar os novos atos administrativos do Império português, vivenciou momentos difíceis na ordem política e econômica. Os escritos chegaram a atingir o número de mais de três mil, em Portugal, entre 1808 e 1814 (NEVES, LÚCIA:2010, p. 27). As diversas publicações além de panfletos, havia página de pequenas histórias e anedotas as quais traduziram os momentos difíceis vividos pelo mundo luso-brasileiro.

No Rio de Janeiro, os livreiros anunciavam novas publicações as quais reduziam Bonaparte a um usurpador e exterminador de envergadura medíocre, dono de um caráter feroz e sanguinário, cuja carreira fora mesclada de crimes sórdidos. Esse bombardeio de informações pejorativas direcionadas a pessoa de Napoleão Bonaparte não eram tiros a esmo, na verdade era uma estratégia bem pensada e articulada pela corte portuguesa na intenção de atingir seus interesses. Pois, pode ser percebido outras intenções nos materiais divulgados na época pela corte quando estes alimentavam o imaginário popular.

“No domínio de representação, as coisas ditas, pensadas e expressas têm um outro sentido além daquele manifesto. Enquanto representação de real, o imaginário é sempre referência a um “outro” ausente. O imaginário enuncia, se reporta e evoca outra coisa não explícita e não presente”. (PESAVENTO, SANDRA: 1995, p. 15).

Ou seja, o imaginário popular é utilizado pela corte portuguesa para construir imagens negativas desse outro ausente que no contexto da época era Napoleão Bonaparte. Dessa forma o imaginário faz parte de um campo de representação do pensamento, se manifesta por imagens e discursos que pretendem dar uma definição da realidade, tornando-se um sistema de ideias e figuras de representação coletiva e popular. Assim, como afirma Pesavento as representações objetais, expressas em coisas ou atos, são produto de estratégias de interesse e manipulação. (PESAVENTO, SANDRA: 1995, p. 15).

Nas literaturas divulgadas principalmente as de títulos como A Besta de Sete Cabeças e Dez Cornos é notória a participação da religião vigente na época, ou seja, o apoio que a Igreja Católica dava a corte portuguesa no combate ao Imperador Francês. O título

mencionado à cima faz menção ao capítulo XIII do Livro de Apocalipse o qual afirma “vi emergir do mar uma besta que tinha dez chifres e sete cabeças e, sobre os chifres, dez diademas e, sobre as cabeças, nomes de blasfêmia” (APOCALIPSE DE JOÃO:1993, p.300).

A religião era usada para atingir um público mais amplo, divulgando as críticas ao regime francês por meio do antigo costume de parodiar formas religiosas. A batalha entre o bem e o mal onde o mal era representado pelo mostro do universo, o herói que a Córsega vomitou sobre a face da Europa. O imperador dos franceses encarnava no discurso religioso a besta que saía do mar. Sobre seus cornos havia dez coroas, as quais simbolizavam o poder exercido por ele na Europa. Para combater o mal o imaginário escatológico projetava o herói-deus e ao seu lado a imagem de D. João o príncipe virtuoso o qual era amigo da Igreja e do povo. Com o apoio da Igreja a qual impregnava a sociedade divulgando imagens distorcidas sobre Napoleão. A corte portuguesa, no Rio de Janeiro, tomava atitudes práticas contra qualquer suspeita de adesão às ideias francesas, ou seja, a corte tentava com suas atitudes gerenciar e manipular o imaginário popular.

“O controle do imaginário, de sua reprodução, de sua difusão e de seu gerenciamento assegura, em degraus variáveis, um impacto sobre as condutas e atividades individuais e coletivas, permite canalizar energias, influenciar as escolhas coletivas nas situações surgidas tanto incertas quanto imprevisíveis”. (BACZKO:1984 apud PESAVENTO, SANDRA: 1995, p. 23).

Diante desse novo elemento o da manipulação proveniente das segundas, terceiras e até mesmo quartas intenções, Pesavento diz que essa manipulação joga com os sonhos coletivos e com as forças da tradição herdadas de um cotidiano imemorial, forjando mitos, crenças e símbolos. (PESAVENTO, SANDRA: 1995, P. 23).

Dessa forma, como a sociedade da colônia portuguesa bebia da base cultural vinda da metrópole. A corte não teve muitos obstáculos na divulgação das literaturas, as quais baseadas nos mitos, crenças e símbolos auxiliaram a população da colônia, formar um imaginário o qual fazia da pessoa de Bonaparte um demônio. Assim, a sociedade colonial constituía o seu simbolismo, mas não dentro de uma liberdade absoluta, pois ela se apoiava no que já existia, ou seja, a corte portuguesa utilizava símbolos, mitos e crenças já existentes no contexto social para através da manipulação do imaginário combater Napoleão Bonaparte. Citando Durand o símbolo se expressa por uma imagem, que é seu componente espacial, e por um sentido, que se reporta a um significado para além da representação explícita ou sensível. (DURAND, Y: 1960 apud PESAVENTO, SANDRA: 1995, p. 9).



Apesar da presença da corte no Brasil e da repressão contra as ideias da Revolução Francesa, os intelectuais continuavam acalentando o sonho da emancipação política. Essas ideias liberais eram discutidas pela elite em organizações e centros de estudos. As lojas maçônicas se multiplicavam por todo o litoral do Nordeste, principalmente no Recife, apesar da vigilância do governo português. Dessa forma, mesmo com o medo instaurado pela repressão real, as ideias vindas da Europa alimentavam os ideais do povo na colônia, mostrando que uma significativa parte da sociedade, bebiam das ideias iluministas, as quais eram temidas pela nobreza.

No Nordeste em meados de 1817 a difusão dos ideais liberais ocorreu junto aos comerciantes, clérigos, militares e funcionários. A isto tudo se juntava o passado de lutas iniciado com a expulsão dos holandeses no século XVII. O anti-lusitanismo estava fortemente arraigado em toda a região Nordeste. Os brasileiros se queixavam por terem sido preteridos dos altos postos civis e militares do governo e isso aglutinava os descontentes contra a Coroa.

Para combater as ideias sediciosas a corte portuguesa estabelecia fiscalizações que tornaram-se constantes nos portos na tentativa de vedar a entrada de qualquer forma literária que tivesse em seu conteúdo as malignas ideias contra a Coroa. A corte temia o contexto iluminista o qual utilizado na Revolução Francesa a qual retirou o absolutismo da monarquia francesa do poder político, por isso, era necessário afastar cada vez mais o inimigo veiculado pela imprensa, principalmente aquele que entrava no país vindo do estrangeiro, que poderia despertar nas pessoas a sedição, fazendo-as confundir “a liberdade das nações com a licença e ímpetos” e procurar “a ruína dos governos” (NEVES, FERREIRA: 1989 apud CABRAL, FLAVIO: 2007, p. 2).

O exemplo da Independência dos Estados Unidos estava vivo na lembrança dos revolucionários da colônia. A América Latina desencadeava um movimento que separaria as colônias da Espanha, que foi incapaz de deter as independências que ocorriam nos núcleos econômicos mais importantes.

A produção agrícola apresentava sintomas de debilidade. Os preços compensadores no mercado mundial foram possíveis apenas por causa do momento de crise que a Europa havia vivido. Voltando à normalidade internacional, os mercados produtores brasileiros foram deixados de lado. Os preços do açúcar e do algodão caíam sem parar, enquanto o custo de vida subia. Paralelamente, a opressão lusitana exigia cada vez mais de um povo esfomeado e sem recursos. A economia voltada para a exportação deixava as camadas populares sem



produtos de subsistência. A essa situação somavam-se as mazelas advindas das secas, que periodicamente assolavam a região, como em 1816.

Contra tudo isso se armava uma revolução. O movimento conhecido como Revolução Pernambucana ou Revolução dos Padres foi organizado por intelectuais que jogavam o povo contra os nobres e sua administração espoliativa. Encabeçavam a revolução magistrados, militares, padres, como Miguelinho e Roma, e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, ouvidor-mor do Olinda. A maioria deles fazia parte da maçonaria.

A lista dos conjurados chegou rapidamente às mãos da repressão. Houve detenção dos civis. Mas alguns militares resistiram, matando seus superiores. Rapidamente, a revolução ganhou as ruas. O governador da capitania fugiu para o Rio de Janeiro. Foi organizado um governo republicano provisório inspirado na Constituição do Diretório francês, composto de cinco membros das camadas superiores. Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas aderiram. Ceará e Bahia, não, devido à forte presença de tropas lusitanas.

A repressão portuguesa não tardou a acontecer. Rapidamente, as forças armadas terrestres do governador da Bahia atacaram e venceram os revolucionários. Recife foi bloqueada pelo mar. Padre Roma, foi preso na Bahia e fuzilado. A mesma coisa aconteceu com outros líderes no Recife. Poucos escaparam da repressão real.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tentativa de combater o Imperador Napoleão Bonaparte, a corte portuguesa alimenta o imaginário popular no Brasil Colônia com informações contidas em diversas publicações produzidas na época. Como o imaginário social se expressa por símbolos, ritos, crenças, discursos e representações alegóricas figurativas. A Coroa utiliza elementos culturais e religiosos para fortalecer as informações distorcidas sobre Bonaparte. (PESAVENTO, SANDRA: 1995, p.24).

As práticas usadas pela corte portuguesa as quais já utilizadas na Europa, indiretamente agia como tentativa de controlar e manipular o imaginário popular na prevenção de supostas manifestações contra a Coroa.

Contudo, o trabalho está nas primeiras pesquisas, por isso, faz-se necessário um aprofundamento bem maior das fontes as quais podem trazer à tona novas informações a respeito da formação do imaginário, como também, a sua função no jogo político organizado pela Coroa portuguesa.



REFERÊNCIAS

CABRAL, Flavio José Gomes. **Sob o Medo das “Malignas Idéias” Francesas: A Leitura no Brasil na Época de D. Maria I e D. João VI.** 2007.

A BÍBLIA SAGRADA/ Traduzida por João Ferreira de Almeida. **Revista e Atualizada no Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. **A besta e o mito.** Revista de História da Biblioteca Nacional. Napoleão: O imperador do Brasil. Edição, nº 55, abril de 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Em Busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário.** Revista Brasileira de História. Representações. Edição, nº 29, vol. 15.

STOIANI, Raquel. **Retrato Inacabado.** Revista de História da Biblioteca Nacional. Napoleão: O imperador do Brasil. Edição, nº 55, abril de 2010.

SKIDMORE, Thomas E.; **Uma história do Brasil.** Tradução de Raul Fiker. 4ª Edição. Paz e Terra. São Paulo, (SP). 2003.

